



## O PROJETO INDUSTRIAL BRASILEIRO ARTICULADO COM O CAPITAL INTERNACIONAL

Aline Coraim  
aline\_coraim@yahoo.com.br  
Eraldo Leme Batista  
geraldobatista@hotmail.com  
Talita Bordignon  
tatabordignon@gmail.com  
(FAPESP- CNPQ- CAPES- UNICAMP)

### Resumo

Pelo presente, objetiva-se analisar o modo como se organizou a burguesia industrial brasileira, entre 1930 e meados de 1950. A análise pretende compreender como se deu a criação de estratégias para a implantação de seu ideário, para além do anseio de ver um país industrializado. A partir da década de 1930, a organização da elite industrial num instituto (Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT) deixa claro como este processo se consolida: a intenção foi criar maneiras de ampliar a base dos industrialistas para garantir a hegemonia burguesa na sociedade. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi um sintoma da necessidade que os industriais sentiram em formar trabalhadores dóceis sem capacidade de pensar por si mesmos e que fizessem valer os princípios tayloristas – nas fábricas e em suas vidas. Intencionamos demonstrar também os interesses existentes entre burguesia nacional articulada com o capital internacional para que o processo de industrialização se desse sem maiores problemas, de acordo com o movimento global de concretização do sistema capitalista. Os acordos bilaterais assinados pelo governo brasileiro com agências norte-americanas para o financiamento do ensino técnico industrial, apenas coroaram os interesses da burguesia industrial que, por sua vez, consentiu a interferência da potência que representava o lado capitalista no contexto de Guerra Fria vivido no pós-Segunda Guerra Mundial. Na argumentação foram utilizados como fontes algumas das revistas publicadas pelo IDORT e o primeiro dos acordos bilaterais assinados para financiamento do ensino técnico industrial (Decreto-Lei n. 9.724, de 3 de setembro de 1946).

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Racionalização. Disputa de Hegemonia. Acordos bilaterais.

### A imposição do taylorismo na indústria e na vida do trabalhador brasileiro

As experiências vivenciadas na Estrada de Ferro Sorocabana foram fundamentais para que se desenvolvesse na elite industrial brasileira o anseio por organizar a sociedade a partir de sua visão de mundo. As companhias ferroviárias foram o local por excelência onde os industriais testaram essas técnicas, principalmente após a criação da sua escola de formação, na década de 1920.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A preocupação era preparar o trabalhador das ferrovias para que se adequasse ao processo de trabalho e, também, para que se adaptasse às novas tecnologias que passaram a ser utilizadas por essas empresas<sup>1</sup>.

A partir das experiências de empresários paulistas com as estradas de ferro – cujas ideias eram embasadas na organização científica do trabalho – é que foram planejadas as ações das elites industriais. A proposta de criação de um instituto que propagasse os ideais tayloristas foi do final da década de 1920. A década de 1930, portanto, é inaugurada com a criação do Instituto de Racionalização do Trabalho (IDORT), cujas experiências são embasadas na psicotécnica almejando a organização, padronização e elaboração de estratégias para redução de custos, além da disciplinarização e controle dos trabalhadores.

O trabalhador deveria ser treinado para evitar acidentes de trabalho e, ao mesmo tempo, elevar a produção; deveria receber educação profissional para atender à nova realidade imposta pela indústria que, além de adotar novas tecnologias, estava se beneficiando dos princípios da administração científica.

No início do século XX, os industriais brasileiros eram admiradores de Taylor e entendiam que suas ideias eram centrais para a consolidação de um projeto nacional, pois a racionalização do trabalho era vista por eles como a solução dos problemas econômicos e sociais do país. Foi nessa época que o processo de constituição da base produtiva industrial no país ganhou força, contribuindo para o surgimento de ideias relacionadas à organização do trabalho.

O taylorismo nasceu como resposta do capital frente à crise econômica e social vivida pelo sistema capitalista desde o século XIX. Trata-se de um movimento que tem como objetivo disciplinar o trabalhador, como forma de gestão capitalista, organizando o operário no interior da fábrica.

Para além disso, a doutrina taylorista rompeu suas fronteiras e procurou formar um tipo adequado de homem, necessário que era para que se desenvolvesse o sistema (SEGNINI, 1986, p.

---

<sup>1</sup> A tração elétrica nas ferrovias surgiu como uma grande alternativa à energia gerada pelo vapor no final do século XIX, quando essa tecnologia mostrou-se capaz de gerar, de maneira segura, econômica e flexível, maiores quantidades de energia que as outras alternativas então existentes. Note-se que, nesta época, o motor a explosão usando combustíveis líquidos ainda era uma curiosidade de laboratório.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

82). Para Rago e Moreira (2003), o objetivo desta doutrina foi controlar, dominar e explorar os trabalhadores:

O taylorismo, método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho “economizando tempo”, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante.

É neste contexto de efervescência das idéias de Taylor, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, que a elite industrial brasileira se organizou. Roberto Simonsen, por exemplo, foi um dos industriais que se articulou em defesa da racionalização da sociedade como um todo. Ele defendia – em seus trabalhos, palestras e conferências – a importância do aperfeiçoamento do método do trabalho e da seleção profissional. Também foi a favor do desenvolvimento de uma técnica pedagógica que estivesse a serviço dos industriais em busca de maior produtividade. Num de seus discursos, por exemplo, fica clara sua posição sobre a racionalização do trabalho e a administração científica:

[...] a redução dos custos de produção não se faria à custa de seus salários, mas antes por meio de uma ‘máxima eficiência do trabalho’, que seria obtida com uma ‘perfeita organização na qual, por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e os esforços não-produtivos sejam reduzidos ao mínimo’. [...] os verdadeiros princípios de cooperação cordial entre patrões e operários iriam predominar, em função dessa ‘perfeita organização’ (SIMONSEN apud CUNHA, 2005, p. 31).

Pode-se perceber, no discurso de Simonsen<sup>2</sup>, a defesa da concepção de colaboração de classe, de cooperação cordial como mecanismo para viabilizar o projeto de racionalização do trabalho no país, para possibilitar a elevação dos lucros dos patrões.

Este projeto de cooperação entre as classes ficou evidente no editorial da Revista IDORT, número 4. O título é “ESPRIT DE CORPS”, em que se discorre sobre a importância do envolvimento do trabalhador no seu ofício e da solidariedade como forma de alcançar a eficiência no cotidiano das fábricas. Segundo o editorial,

---

<sup>2</sup> Lembramos que, como Simonsen, Roberto Mange também foi um entusiasta da organização racional do trabalho – um engenheiro que se tornou industrial e outro engenheiro que se tornou educador (WEINSTEIN, 2000: 34).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Um dos factores mais decisivos na eficiencia da organização de um trabalho coletivo – embora frequentemente esquecido ou desprezado – é o que os francezes chamam ‘esprit de corps’ e que poderíamos traduzir livremente por ‘espírito de solidariedade’. Todo conductor de homens, isto é, todo chefe de serviço deve estimular o desenvolvimento desse estado psychologico entre os seus subordinados. Os empregados e operários que trabalham conscientemente sob a acção desse estado de espírito serão sempre os melhores auxiliares e os mais productivos. O ‘esprit de corps’ é a compreensão, por parte de cada indivíduo de uma organização determinada, de sua ‘função’ no conjuncto, isto é, da influência de sua actuação particular nos resultados do todo. Para se chegar a esse estado de espírito é necessário um trabalho preparatório bem coordenado, corroborado por actos e factos de evidente significação, partidos do centro, ou melhor, da direcção da empresa (Revista IDORT, 1932, p. 1).

Para os industriais, numa empresa onde exista cooperação, solidariedade e espírito coletivo se alcançará a máxima eficiência. Para tanto, é necessário que o trabalhador seja preparado sob uma formação sistemática e constante, para que adquira o espírito “capitalista da empresa”, tal como apresentado a seguir:

Quando todos os elementos de trabalho de uma empresa estão sinceramente imbuídos do espírito de solidariedade e de cooperação, a organização – tal qual uma machina bem ajustada e lubrificada – funcionará suavemente, sem choques e sem attrictos, prompta sempre para os mais rápidos movimentos ou os mais surprehendedentes esforços (Revista IDORT, 1932, p. 2).

Além disso é claro que, influenciados pelo contexto de crise econômica gerado pela quebra da bolsa de Nova York<sup>3</sup>, os industriais passaram a atuar mais ativamente e de forma mais articulada, buscando a hegemonia de suas teses e projetos.

A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, se fez sentir mundialmente, inclusive no Brasil, que teve queda em suas exportações de café devido à estagnação do mercado mundial e à não entrada de capitais internacionais. As consequências da crise se evidenciaram em uma produção agrícola sem mercado, nas ruínas dos fazendeiros e no desemprego nas grandes cidades (FAUSTO, 2011). O Brasil conseguiu emergir da crise se utilizando de seus próprios recursos, que vinham da acumulação de capital do café e da ampliação crescente do mercado

---

<sup>3</sup> A Crise de 1929 foi uma grande depressão econômica que teve início neste ano e que persistiu ao longo da década de 1930. A Grande Depressão, como também é conhecida, é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Causou altas taxas de desemprego e quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como em sua produção industrial; queda nos preços de ações e em praticamente todo medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

interno (ROMANELLI, 2001). A acumulação de capital pelo café favoreceu o início do desenvolvimento industrial no Brasil. Com o êxodo rural crescia o número de operários urbanos e paulatinamente se deu a transferência de renda do setor agrícola para o industrial.

Outro aspecto relevante que influenciou a industrialização e, posteriormente, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), é a aliança entre civis e militares com a burguesia industrial, sem igualdade de opiniões, mas com um objetivo comum e imediato de promover a industrialização no país sem grandes abalos sociais:

A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia [...] os industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. (FAUSTO, 2011, p. 201)

No entanto, apesar da crise econômico-social que irradiou-se de Nova Iorque, o discurso da elite industrial não problematizou desigualdades sociais, pobreza e desemprego. A crença na disciplina e na colaboração entre as classes era o suficiente para resolver os problemas do próprio sistema. Dessa forma, os industriais buscavam construir um discurso hegemônico apontando para a construção da utopia de um mundo totalmente racional. De acordo com os intelectuais do IDORT, todos deveriam se encaixar na lógica das medidas salutares da organização racional: o Estado, o espaço fabril e o cotidiano das pessoas.

Sendo assim, fica claro como a organização científica do trabalho estendeu seus braços para além da indústria, atingindo o todo social. E estes ideais foram fundamentais para neutralizar a luta de classes. O discurso ideológico e a prática dos membros do IDORT tiveram por objetivo cooptar os trabalhadores para uma sociedade sem conflitos, de colaboração com as classes dominantes. Com efeito, o objetivo foi desqualificar o discurso formulado pelas lideranças operárias, “rearticulando o espaço fabril e educando o operariado segundo os princípios da ética do trabalho para consolidar o projeto hegemônico da burguesia industrial” (PICHELLI, 1997, p. 77).

Nota-se que a preocupação dos industriais com a luta de classes era muito grande. Para acabar com estes conflitos, se propunham a dialogar buscando a colaboração dos trabalhadores. Segundo eles, “em um país paradisíaco”, não fazia sentido falar em projetos sociais diferentes; deveria haver um só: o do progresso, do desenvolvimento e da organização racional do

4578





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

trabalho e da sociedade. Segundo a elite industrial, o desenvolvimento da sociedade deveria ser a luta de todos, pois todos são parte de um mesmo organismo social, com os mesmos interesses. Diante deste discurso, não fazia o menor sentido falar em classes sociais – e menos ainda em luta de classes.

No plano político e social, a Revolução de 1930<sup>4</sup> foi o ponto mais alto dos movimentos armados que lutavam contra a ordem oligárquica latifundiária ainda existente. O Governo do presidente Washington Luis foi derrubado por um deles e o começo do governo de Getúlio Vargas, no mesmo ano, foi marcado pela instabilidade gerada pelo conflito dos interesses das várias frações das classes sociais<sup>5</sup>.

Nas palavras de Aldo Mário de Azevedo, a agitação reivindicatória dos trabalhadores, em 1930, foi basicamente, perda de tempo:

[...] Não se compreende que, num paiz como o Brasil, pleno de recursos inexplorados, gastemos intelligencia, tempo e energia em discussões estéreis e em luctas internas, que só nos prejudicam e nos enfraquecem diante de outros povos unidos e organismos na fortíssima concorrência internacional (AZEVEDO, IDORT, 1932, p. 37).

Em 1930, o Governo Federal criou o Ministério do Trabalho e em 1931 regulamentou, por decreto, a sindicalização das classes patronais e operárias. Criou as Juntas de Conciliação e Julgamento e, com a promulgação da Constituição do Estado Novo, a unicidade sindical. A regulamentação do trabalho e os institutos de previdência social ocorreram também naquele momento histórico. As organizações sindicais passaram a ter caráter paraestatal, a greve foi proibida e foi instituído o imposto sindical.

---

<sup>4</sup> A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

<sup>5</sup> De 1930 a 1937, o governo de Getúlio Vargas caracterizou-se por um período instável. Entre 1937 e 1945 vigorou a ditadura. O golpe que instituiu o Estado Novo, em novembro de 1937, aconteceu devido ao surgimento do Plano Cohen, arquitetado pelos comunistas. O regime implantado autoritariamente, não teve grandes oposições, já que os comunistas e o movimento popular foram sufocados e estavam sem poder de reação. O Estado Novo não representou um corte radical com o passado; muitas de suas práticas vinham tomando forma desde 1930 e, a partir do golpe, apenas se integraram.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O ano de 1934 foi marcado por reivindicações operárias e pela fermentação, em áreas da classe média, de uma série de greves e paralisações. Como resposta, o governo de Getúlio Vargas propôs a Lei de Segurança Nacional, que criminalizava os movimentos grevistas.

Para a elite industrial idortiana, o único órgão saudável da sociedade são eles próprios. O proletariado e suas manifestações grevistas atrapalhavam o bom funcionamento da sociedade. Fica claro, portanto, o autoritarismo do pensamento da elite industrial: como sua visão de mundo basta, deve-se desconsiderar as outras a fim de que a sociedade alcance a harmonia, tal como a idealizavam.

Num dos editoriais da Revista IDORT, evidencia-se a defesa de uma sociedade harmônica, segundo o entendimento da burguesia industrial. De acordo com ela, era necessário convocar os trabalhadores para a cooperação entre as classes:

Os brasileiros ainda não se compenetraram da luta e não se convenceram da necessidade inadiável de união, cooperação, de colaboração e de disciplina. Assistimos diariamente às mais estéreis discussões e lutas entre partes do organismo vivo que é a nossa pátria (Revista IDORT, 1932, p. 1).

Percebe-se que o discurso ideológico da classe dominante toma como ponto de partida a identificação dos seus interesses com o interesse coletivo. Ideologicamente, o discurso da técnica e da ciência mascara as questões políticas, sociais e da luta de classes. Para os industriais só existia um interesse importante para a sociedade: as ideias da burguesia industrial – que todos deveriam aceitar e compartilhar a fim de construir uma sociedade harmônica.

Os industriais tentaram sempre deixar claro que conflitos, por serem prejudiciais aos interesses da pátria, ocorriam não como produto da luta de classes, mas simplesmente por desentendimento. Por isso, o projeto idortiano era de cooptação dos trabalhadores e aqueles que não aceitassem as regras do jogo sofreriam com os cacetetes do Estado.

Ora, o principal obstáculo enfrentado pelo capital foi a resistência operária à exploração capitalista. A estratégia, então, foi aniquilar a organização sindical para assegurar a produção e a expansão do capital. No Brasil, isto acentuou-se consideravelmente após a década de 1930, quando da elaboração das leis do trabalho. A intenção foi desestimular a organização e os movimentos de contestação dos trabalhadores, os quais seriam tratados, a partir de então, como subversivos.





## O empenho da elite industrial na educação dos trabalhadores: a questão da educação profissional

Os empresários brasileiros estiveram bem articulados com relação a seus interesses de classe e, portanto, se empenharam na formação da classe trabalhadora.

Roberto Mange<sup>6</sup> foi o intelectual orgânico responsável por desenvolver as experiências racionais na formação do operariado. Não se trata de qualquer intelectual, mas de uma liderança do movimento pela administração científica do trabalho e, portanto, profundamente taylorizado. Mange<sup>7</sup> gozava de prestígio junto aos educadores escolanovistas de destaque na época: era amigo de Lourenço Filho<sup>8</sup>, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira – organizadores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>9</sup>.

O IDORT foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil. Foi na década de 1940 que os industriais conseguiram – mesmo não concordando com a discussão centralizada nas mãos do Estado – criar uma importante escola de formação dos trabalhadores.

Durante o Estado Novo (1937-1945) conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional no Brasil, por iniciativa do Ministro da Educação e Cultura do governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945), Gustavo Capanema. As Leis Orgânicas do Ensino foram uma série de leis e decretos que regulamentaram, inclusive, a educação profissional e foram decretadas entre os anos de 1942 e 1946.

---

<sup>9</sup> Cada grupo social (classe) dominante, ao lado de sua função na produção econômica, cria camadas de ‘intelectuais’ nos campos econômico, social e político para dar homogeneidade e consciência da própria função de classe. É nesse sentido que a empresa capitalista produz consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, ao lado de outros tipos de intelectuais. Dessa forma, Roberto Mange foi um dos principais intelectuais orgânicos da burguesia industrial paulista (GRAMSCI, 1968: 3-7).

<sup>7</sup> Roberto Mange, Lourenço Filho e Fernando Azevedo eram amigos e membros fundadores do IDORT.

<sup>8</sup> Lourenço Filho teve papel fundamental no movimento escolanovista. Foi um dos fundadores do IDORT e tradutor de importantes psicólogos do trabalho; também foi importante divulgador das teses tayloristas no Brasil e publicou obras importantes sobre a Organização e Psicologia Aplicada ao Trabalho.

<sup>9</sup> Com origem na década de 1920, mas com força a partir de 1930, se vê expresso aí o movimento denominado Escola Nova, com a divulgação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932. Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Vê-se, claramente, que a intenção dos educadores que assinam o texto é preparar o país para o desenvolvimento.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É importante observar aqui o que previu um dos artigos da lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, do ensino industrial:

Art. 67 – O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I – O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.

II- os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, as eu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional.

III. As escolas de aprendizagem serão administradas, cada qual separadamente, pelos próprios estabelecimentos industriais a que pertençam, ou por serviços, de âmbito local, regional ou nacional, a que se subordinem as escolas de aprendizagem de mais de um estabelecimento industrial.

IV- As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinam, ou na sua proximidade. (BRASIL, 1942)

Este é um grande salto do ensino profissional, pois engaja as indústrias na formação profissional de seus empregados além de fazê-las colaborar com a educação no país. Como o Estado não conseguia até então formar mão de obra qualificada para o desenvolvimento da indústria em expansão, transferiu o ônus para ela própria. Um dos incentivos da lei e seu desdobramento foi a criação do SENAI.

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é uma instituição escolar criada por decreto em 1942<sup>10</sup>. Ou seja, foi por iniciativa governamental, sob a chefia de Getúlio Vargas, que se viabilizou a qualificação da força de trabalho à medida que a industrialização tomava impulso. Aconteceu que a classe industrial não se deu conta, de início, que a mão-de-obra qualificada incrementaria enormemente o capital investido na atividade produtiva e não se movimentou, por si mesma, em favor da criação de escolas de aprendizagem industrial. Se considerada a sua constituição, o SENAI é uma instituição pública, dado o fato de ter sido criada por decreto-lei. Por outro lado, se levado em conta o poder institucional e a administração de recursos, o SENAI é inegavelmente uma instituição privada.

A implantação do sistema SENAI foi muito rápida e conseguiu logo o reconhecimento dos industriais e do governo por sua eficiência, prontamente exigida na conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Muitos produtos manufaturados, antes importados, tiveram de ser produzidos internamente, exigindo esforço sem precedentes em projetos, improvisação (*sic*) de

<sup>10</sup> Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, parte da Reforma Capanema.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

equipamentos e formação de força de trabalho. Devido à dificuldade de importação de componentes, a manutenção dos equipamentos exigiu operários qualificados em quantidades crescentes. (CUNHA, 2000, p. 55)

Ora, “a ambiguidade entre as esferas pública e privada foi uma constante na educação brasileira, embora o *modo* como elas se interpenetram tenha variado” (CUNHA, 2000: 45, grifo nosso). O Estado também agiu em favor dos industriais quando assinou contratos e convênios com organismos internacionais e consentiu que o capital da elite industrial brasileira se associasse em definitivo com o capital internacional. Por outro lado, na medida em que os capitalistas assumiram a educação técnica para prover suas fábricas com mão-de-obra qualificada, auxiliaram o Estado a se engajar no jogo do capitalismo globalizado. Fala-se num “corporativismo como forma de dominação” (CUNHA, 2000: 46).

De acordo com os planos imperialistas de consolidação do capitalismo consentidos pelas elites brasileiras, esteve o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) – instituição escolar criada por decreto em 1942.

O SENAI foi a instituição educativa que mais representou os interesses dos industriais junto à máquina pública.

[...] Por meio de um discurso embasado nas “competências técnicas”, a elite industrial considerava que a formação profissional deveria ser preparada através de métodos racionais e científicos, limitada à necessidade das indústrias e que somente aqueles “mais aptos” seriam efetivamente aproveitados. Portanto, o discurso da competência técnica tornava a educação profissionalizante um assunto de interesse exclusivo da indústria, e não ligada a objetivos educacionais mais amplos ou aos direitos dos trabalhadores. Assim, propostas para uma formação profissional universal deveriam ser descartadas por serem irracionais e extravagantes, já que o número de aprendizes seria definido pela demanda empresarial, aliado a um funil que se iniciava com os testes psicotécnicos e se estreitava na dura realidade diária da formação, dividida entre a escola e o trabalho nas oficinas. (MULLER, 2009, p. 144)

Assim se justificava a “pedagogia” utilizada pelo SENAI no treinamento de mão-de-obra. Os testes psicotécnicos aplicados aos candidatos só fizeram reconhecer a estrutura taylorista que norteava a produção nas fábricas. Só seriam aceitos os operários que se enquadrassem nos moldes da administração científica e que, portanto, estivessem de acordo com o funcionamento do sistema. As Séries Metódicas Ocupacionais (SMO) – transmissão de conteúdo em etapas





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

fragmentadas – foram o instrumento capaz de docilizar o trabalhador e o fazer reproduzidor de tarefas sem a capacidade de transformá-las, quanto menos questionar o mundo à sua volta.

As SMO estavam em conformidade com os princípios do TWI (*Training Within Industry*), um programa de treinamento industrial desenvolvido nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Numa das publicações de uma das agências de financiamento estadunidenses, a *United States Agency for International Development*, por exemplo, o método de ensino proposto pelo TWI está exposto da seguinte forma:

### *Como instruir*

Primeiro Grau: Preparar o trabalhador – Colocá-lo à vontade. Descrição do trabalho e apuração do que o empregado já conhece a respeito do assunto. Despertar o interesse de aprender o ofício. Enquadramento do empregado em posição correta.

Segundo grau: Apresentação da Operação. Dizer, mostrar e ilustrar *um assunto* importante de cada vez. Acentuar a importância de cada *ponto-chave*. Instruir com clareza, de forma completa e com paciência, dentro dos limites da compreensão individual.

Terceiro grau: Experimentar a Execução – Mandá-lo fazer o trabalho, corrigindo os erros. Fazê-lo explicar todos os pontos-chaves das operações à medida que repete o trabalho. Certificar-se do que ele entendeu. Continuar até  *você* ter certeza de que *ele* aprendeu.

Quarto grau: Orientar – Deixá-lo orientar-se. Indicar a quem se dirigir para pedir ajuda. Fazer verificações freqüentes. Encorajar a formulação de perguntas. Diminuir gradativamente a tutela excessiva e muito insistente.

SE O TRABALHADOR NÃO APRENDEU, FOI O INSTRUTOR QUEM NÃO ENSINOU.  
(USAID, 1965, p. 146, grifos do autor)

As primeiras SMO (séries metódicas de ensino) foram introduzidas no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CEFESP), assim como o próprio SENAI foi herdeiro das experiências de Roberto Mange no Liceu de Artes e Ofícios do CEFESP:

De 1924 a 1926, reuniu-se em torno do engenheiro Roberto Mange um grupo de estudiosos empenhados em desenvolver as aplicações psicotécnicas e a racionalização dos métodos de ensino industrial. Já nessa época havia ele conseguido a colaboração de algumas empresas ferroviárias, como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Sorocabana e a Mogiana, que matriculavam alguns jovens na Escola Profissional Mecânica, onde se formaram, voltando a trabalhar nas respectivas estradas. Lá foram introduzidas as primeiras séries metódicas de aprendizagem dos ofícios, as quais, paulatinamente, penetraram nas instituições de ensino industrial no Brasil. (DIAS, 1992, p. 57)





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O trecho acima confirma a atuação de Roberto Mange na metodologia que mais tarde seria aplicada por excelência no SENAI. E também mostra algumas de suas ideologias como o taylorismo e a racionalização dos métodos de ensino industrial. A divisão técnica do trabalho estava associada diretamente ao processo de aprendizagem, já que as séries metódicas permitiam o ensino de delimitado ofício de forma que ele fosse entendido como um conjunto de operações que podiam ser aprendidos separadamente.

As séries metódicas de ensino e o próprio funcionamento da instituição remetiam a um ambiente fabril: havia lista de presença para cada aluno, assemelhando-se a um cartão de ponto, limpeza e cuidado com as máquinas e ferramentas e até o comportamento mais contido que se observava num ambiente de trabalho. Todo o funcionamento e a própria eficácia do sistema SENAI se deveu a uma aproximação tal da fábrica (e o próprio apoio da mesma) em que o aprendiz “era conduzido a uma acomodação ao status de operário e de conformismo à ordem social” (CUNHA, 2000, p. 76).

Pode-se concluir que a metodologia específica do SENAI foi satisfatória e obteve êxito concordante com os objetivos da instituição: formar mão- de -obra para o mercado industrial em crescimento nos anos 1940. Uma formação de aprendizes por meio de uma metodologia da racionalização, da divisão do trabalho que, além do ensinamento das técnicas do ofício em si, comportava também o aprendizado da postura e de uma determinada maneira de ser de um futuro trabalhador. Pode-se dizer que o SENAI atingiu seus objetivos naquele momento: formar mão- de -obra qualificada para o setor industrial.

A população que procurava este ensino tinha urgência de preparar-se para o exercício de um ofício, a fim de elevar sua renda. As escolas do SENAI foram as únicas nas quais os alunos eram pagos para estudar, o que funcionava como grande atrativo para a população pobre.

Além disso, na intenção de fazer valer suas estratégias de dominação, o IDORT buscava preparar o trabalhador desde a idade mais tenra. A intenção era “inculcar” na criança quais seriam suas únicas possibilidades de sobrevivência na sociedade capitalista. A elas não restava nada mais que escolher uma das profissões do “cardápio” para tentar a prosperidade, segundo os princípios da ética do trabalho.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os inadequados – num longo processo de aprendizagem – poderiam, ou não, se adequar ao leque profissional. Conforme o IDORT (Revista IDORT, 1932, p. 4), deveriam ser levados em conta:

Análise do trabalho nas várias profissões para verificação das aptidões básicas de cada uma, seleção por meio de testes, de candidatos a determinadas profissões, tais como: aprendizes e operários industriais, condutores de veículos, telefonistas, telegrafistas, ferroviários, agentes de segurança, aviadores etc; colaboração na organização de cursos de educação profissional, tendo em vista, principalmente o desenvolvimento racional das aptidões na base psicotécnica, bem como a aquisição metódica de conhecimentos técnico-profissionais; verificação da eficiência de provas e métodos psicotécnicos; determinados padrões profissionais (valores médios) em nosso meio.

A partir do exposto na revista, subentende-se que o instituto tinha um projeto pedagógico de formação dos trabalhadores conforme seus ideais, preparando-os para o trabalho e disciplinando-os para o mercado. Procuraram divulgar suas ideias desqualificando os discursos operários e a cultura popular, visando criar uma outra sociedade e transformando o operário num ser dócil, disciplinado, colaborador, patriota e, acima de tudo, que não compactuasse com as ideias dos trabalhadores estrangeiros.

[...] a visão do empresariado sobre o trabalhador nacional se revestia de preconceitos que, na verdade, eram preconceitos de classe: doente, improdutivo, ignorante, indisciplinado, etc. Isso significa dizer que a força de trabalho adquirida no mercado pelo industrial deveria se adaptar às regras da produtividade fabril (PICHELI, 1997, p. 39).

Durante a década de 1940 muito se desenvolveu na intenção de qualificar trabalhadores de acordo com o que se esperava para as fábricas. Para os senhores, seria um incômodo sem precedentes conviver com operários que pensavam por si mesmos, ou que estivessem dispostos a subverter a ordem imposta por eles. Todas as qualidades buscadas nos operários estavam de acordo com o contexto que se vivia na época – o clima gerado pela Segunda Guerra Mundial favoreceu a indústria moldada pelos interesses do capital. Era necessário suprir a mão de obra nas indústrias, mas não de qualquer forma; não eram bem vindos todos os tipos de personalidades, principalmente aquelas que pudessem por à prova os ímpetus do sistema capitalista.

Para além do exposto até agora, deve-se considerar que, enquanto classe bem organizada e determinada a alcançar seus objetivos, os industriais se movimentaram também no sentido de





se articular com outras burguesias no movimento global vivido pelo capitalismo, principalmente a partir da década de 1940. Já que não dispunha de recursos para industrializar-se conforme seus anseios, o governo brasileiro decidiu pedir auxílio financeiro dos Estados Unidos e, com isto, consentir a imposição do modelo de sociedade que imaginava o representante do liberalismo para as sociedades latino-americanas.

### A atuação da burguesia industrial articulada em favor do sistema capitalista

Um contexto muito peculiar norteou as ações do Estado que se desenrolaram a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra Fria, duas superpotências se digladiaram em busca de poder político e econômico: Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De um lado, o principal agente de desenvolvimento do sistema capitalista; de outro, as nações socialistas. O que caracterizou a guerra como fria, foram as estratégias utilizadas para que se mantivesse o clima bélico. Não houve intenção de que o conflito se tornasse realmente armado, com dezenas de nações envolvidas (e, é preciso que se diga, com tecnologia de guerra extremamente desenvolvida – o que significava suicídio para toda a humanidade, caso alguma das partes assim o desejasse). Para que toda a população mundial se visse ameaçada pelos comunistas, logo o bloco capitalista tratou de divulgar (e fazer permanente) a imagem de que a URSS era o bloco que estava interessado em dominar o globo, “sempre disposta a derrubar os reinos de liberdade” (HOBSBAWM, 1994, p. 229), mesmo que não houvesse qualquer pretensão dos socialistas em dominar o mundo. “[...]. Um inimigo externo ameaçando os Estados Unidos não deixava de ser conveniente para os governos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial [...]” (*idem*, p. 232).

Se o mundo vivia sob a “ameaça” do bloco socialista a estratégia, portanto, foi adotar uma política que pudesse combater tudo o que fosse considerado nocivo ao desenvolvimento do capitalismo. Os Estados Unidos, então, trataram de criar programas que favorecessem as ações para tal e estrangulassem qualquer possibilidade de o socialismo vingar, principalmente no que diz respeito aos países latinos da América.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Neste íterim, as agências bilaterais de ajuda financeira foram pensadas para que se cumprissem os objetivos ideológicos de consolidação do capitalismo, mesmo porque estes se deram em decorrência dos rumos que a economia mundial estava por viver. O período logo após a Segunda Guerra Mundial fez desabrochar, inegavelmente, os Estados Unidos enquanto potência econômica e, as relações de poder que se configuraram para que se deflagrasse a Guerra Fria se delinearam em consequência desta nova conformação geopolítica, desenhada no pós-guerra. Portanto, para se afirmar enquanto potência foi necessário que os Estados Unidos reconfigurasse a interdependência entre os países, e isto incluiu a cooperação econômica e a ajuda para o desenvolvimento.

Neste mesmo período, o nacional-desenvolvimentismo começou a ganhar forma no Brasil. Se até 1945 os atos políticos se deram em função da redução do poder dos setores agrário-exportadores, a partir de então entra em cena a classe trabalhadora clamando por maior participação. Foi no primeiro governo Vargas que se combinaram os interesses dos trabalhadores com os interesses da burguesia industrial, sob o populismo. É desta época a aprovação da legislação que, pelo menos aparentemente, beneficiava os trabalhadores: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo, por exemplo, foram mecanismos adotados pelo governo para dar forma à política de massas. Por um lado, as garantias deixaram os trabalhadores satisfeitos; por outro, foi uma tática que procurou alimentar o desenvolvimento industrial. Pode-se dizer que:

[...], graças em parte à política de massas, foi possível efetivar determinadas etapas do desenvolvimento industrial. Por meio das técnicas jurídicas e políticas inerentes ao populismo, manteve-se em nível adequado ao progresso industrial a relação entre o custo de vida e salário real. Em âmbito mais largo, foi a *democracia populista* que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. [...] (IANNI, 1975, p. 61-62, grifos do autor)

Se analisada a conjuntura do período, se verifica necessário ao governo estabelecer uma política de salários. Se não houvesse um mínimo a se pagar aos trabalhadores, estes se veriam em situação tão precária, que não desenvolveriam a economia, já que não teriam poder de compra. Ou seja, o salário mínimo foi para que se evitasse a pauperização do trabalhador. Dessa forma, pode-se dizer que as leis trabalhistas mantiveram “as relações de produção em conformidade com





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

as exigências do desenvolvimento econômico”. Isto quer dizer que a política de massas que ocorreu no Brasil durante este período, tem “conotação essencialmente desenvolvimentista”. A preocupação era fazer com que o país se desenvolvesse sem que fosse necessário procurar ajuda econômica internacional. E, para tanto, a estratégia foi organizar, controlar e utilizar a força política das classes assalariadas em favor da política nacional desenvolvimentista (IANNI, 1975).

A educação técnica passou a ser, ainda mais, a ferramenta que tornaria palpável o desenvolvimento do país. Era necessário que houvesse trabalhadores qualificados para o trabalho industrial. E não apenas para o desenvolvimento da malha industrial do país, mas para que se concretizasse o jogo de interesses no interior do sistema capitalista mundial.

A estratégia, primeiramente, foi desejar um país independente em todos os sentidos – e aí se incluiu a busca pelo desenvolvimento sem a ajuda internacional. Quando a idéia de país independente sem auxílio externo não mais se sustentou, aliar o capital nacional ao capital estrangeiro se mostrou uma alternativa. Este novo modelo de desenvolvimento estava ganhando maior espaço e a sustentação da ideia de um Brasil independente economicamente não duraria muito tempo.

Com o fim da ditadura Vargas, em 1945, e com Eurico Gaspar Dutra no poder (1946-1951) a política econômica brasileira foi se moldando de modo a se associar com o capital financeiro internacional, em consonância com a nova ordem mundial do pós-Guerra. Em seu segundo governo, Vargas (1951-1954) também foi forçado a ceder cada vez mais, favorecendo a articulação do capital interno com o estrangeiro.

[...] O confronto entre os vários projetos de desenvolvimento econômico e de organização do poder torna-se crucial. Em 1954, é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente. [...] (IANNI, 1975, p. 68)

O desenvolvimento do país foi a tônica que guiou as ações e planos dos governos entre as décadas de 1940 e 1950, e passou a pressupor também a segurança nacional garantida e organizada em um único sistema:

As ajudas internacionais estabelecidas mediante cooperação financeira, cooperação técnica, assistência econômica e programas assistenciais foram ficando cada vez mais imprescindíveis na relação entre as nações, e





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

particularmente nas relações entre os países centrais e aqueles que se integraram retardatariamente ao processo de industrialização. Esses países, como o Brasil, necessitaram incorporar tecnologia estrangeira para iniciar o seu passo decisivo na constituição de uma economia capitalista através de uma modernização ancorada na urbanização e na industrialização. [...] (NOGUEIRA, 1999, p. 73)

Este ímpeto industrialista somado à ameaça que o comunismo representava ao capitalismo, na Guerra Fria, fez guiar muitas das ações dos governos ditos centros do sistema – articulados que estavam com as burguesias dos países periféricos. Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil na década de 1960, reconheceu o desenvolvimento tecnológico em curso na URSS na década anterior, mas questiona o seu sistema de governo. A intenção é desqualificar de todas as formas o que representava a ideologia propagada pela União Soviética:

É possível que certos aspectos do desenvolvimento soviético impressionem – a ciência e a educação técnica soviéticas, as usinas siderúrgicas, os foguetes nucleares e os satélites espaciais. Mas, quererá alguma nação livre construir sua indústria com trabalho forçado e coletivização e inanição de seus camponeses? Sujeitar-se-ia de boa vontade algum povo livre ao terror desumano que por 27 anos substituiu a crença em Deus pela crença em Stalin, agora denunciado por seus sucessores e cujo corpo foi removido do túmulo de Lenine talvez para dar lugar a algum outro dirigente deificado? (GORDON, 1962, p. 12)

É a partir deste momento que se começaram a se delinear os esforços estadunidenses para penetração nos países latino-americanos. A educação foi um dos caminhos que possibilitaram modelar o Brasil de acordo com o que haviam planejado os Estados Unidos – imperialistas e sedentos de poder econômico.

Os primeiros sinais de cooperação entre as partes para a educação técnica, por exemplo, foram de 1946, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) firmou um convênio com a *Inter-American Educational Foundation* (IAF) vinculada ao governo dos Estados Unidos, formalizado pelo Decreto-Lei nº 9.724, de 3 de Setembro de 1946. O convênio previu a “realização de um programa de cooperação em matéria de educação industrial-vocacional, [...] de conformidade com a Resolução Especial assinada em 26 de agosto de 1946”<sup>11</sup>. Por este acordo, o Ministério da Educação e Saúde disponibilizou, para o exercício de 1946, U\$ 100.0000,00 (cem mil

<sup>11</sup> O Acordo entre as partes celebrou-se em 3 de janeiro e foi oficializado em setembro, data de aprovação do decreto.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dólares), que foram gastos em cooperação com a IAF. Conforme necessário, seriam apresentados projetos que, por sua vez, especificariam a distribuição da verba.

Para viabilizar o acordo foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI) – órgão subordinado aos governos brasileiro e estadunidense, e responsável por executar as ações que colocaram em prática os projetos do programa de aperfeiçoamento do ensino industrial previstos.

Hoje, a IAF é uma agência independente do governo dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não-governamentais e de base comunitária na América Latina e do Caribe. Seu objetivo, de acordo com o exposto no *site*<sup>12</sup> é:

- Fortalecer os vínculos de amizade e compreensão entre os povos deste hemisfério;
- Apoiar as atividades de auto-ajuda destinadas a aumentar as oportunidades de desenvolvimento individual;
- Incentivar e fomentar a participação efetiva e cada vez mais ampla das pessoas no processo de desenvolvimento;
- Fomentar o estabelecimento e crescimento de instituições democráticas, privadas e públicas, em coerência com os requisitos de todos os países soberanos deste hemisfério.

Nos idos dos anos 1940, o órgão funcionou como repartição corporativa do governo e, já na década de 1950, foi substituída pelo *The Institute of Inter-American Affairs*, para o que diz respeito aos acordos de cooperação<sup>13</sup>.

Neste contexto foi importante ainda a posição dos economistas latino-americanos e estudiosos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, constituída em 1948 por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta se lançou em resposta às reivindicações dos países latino-americanos que se disseram esquecidos após ter sido posto em prática o Plano Marshall, para financiar a reconstrução das nações européias depois da Segunda Grande Guerra.

A análise cepalina dos problemas econômicos latino-americanos se pautou no contraste centro-periferia. O problema residia no fato de que, enquanto nos países cêntricos a grande

<sup>12</sup> [http://www.iaf.gov/about\\_iaf/general\\_information\\_text\\_po.asp](http://www.iaf.gov/about_iaf/general_information_text_po.asp). Acesso em 12/01/2011, às 15h34.

<sup>13</sup> [...] Chefiado pelo jovem Nelson Rockefeller, essa superagência chamou-se a princípio *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Um ano mais tarde, o nome foi simplificado para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, pelo qual ficou conhecido até o final da guerra. [...] (MOURA, 1985: 9)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

maioria dos trabalhadores integrava-se ao mundo moderno, na periferia isso ocorria apenas com parte da população. O avanço desse modelo de acumulação “tinha efeitos sociais desagregadores, porque tendia a marginalizar mesmo os agentes econômicos com maiores potencialidades produtivas” (BIELSCHOWSKY, 2000: 42). Posicionado à periferia do sistema, o Brasil apenas estava sofrendo os efeitos do centro da economia mundial.

Tão importante quanto a atuação de Prebisch na CEPAL foi a de Celso Furtado, economista e nordestino brasileiro que, em 1959, participou da criação da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, cujo norte foi influenciado por sua atuação na CEPAL como diretor da Divisão de Desenvolvimento (1949-1957). Furtado pensou “o desenvolvimento do Brasil como a luta do Homem pelo controle do próprio destino e a acumulação como o vetor material que impulsiona o desenvolvimento” (SAMPAIO JÚNIOR, 2002).

Sob o prisma da CEPAL, ele analisou os problemas da economia brasileira em relação ao centro do sistema, sem perder de vista a totalidade da América Latina. Neste contexto, as economias subdesenvolvidas apenas tiveram significância como importadoras de produtos industrializados vindos das economias centrais, estratégia de acumulação de capital e qualidade do que é subdesenvolvido. Para além disso, as burguesias nacionais operacionalizaram a transformação nos padrões de consumo: apenas um restrito grupo de pessoas passou a consumir produtos diversos que, via de regra, não eram acessíveis à grande massa da população, já que o poder de compra da minoria e da massa não era o mesmo. As elites locais se habilitaram, assim, a seguir o mesmo padrão de consumo das elites dos países cêntricos, estratégia de perpetuação das relações de dominação e dependência, características do sistema capitalista em fase de desenvolvimento:

[...] A permanente introdução de novos produtos e novas formas de consumo é condição *sine qua non* para a preservação das formas sociais que caracterizam o sistema capitalista. [...]

Se, nos países desenvolvidos, o fluxo de novos produtos e o complexo de inovações tecnológicas que os acompanham são essenciais ao funcionamento da economia capitalista, no âmbito mundial tais fatores operam no sentido de preservar as relações de dominação e dependência que caracterizam a atual economia internacional. [...] (FURTADO, 1972, p. 13)





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Jamais houve intenção de que estas relações fossem destruídas. Muito pelo contrário; os países subdesenvolvidos existem para servir aos desígnios econômicos, políticos e culturais dos países que perpetuam a dependência.

[...] A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). [...] (FERNANDES, 1975, p. 207)

### Conclusões

Muito bem organizada enquanto classe social, a elite industrial brasileira planejou e pôs em prática suas ações de cooptação da classe trabalhadora por meio do ensino técnico industrial e, para além das fronteiras de seu território, buscou articular-se com os representantes globais do sistema capitalista globalizado e consentiu que, além do sistema econômico-financeiro, fossem importados para o Brasil sua cultura e modelos sociais, principalmente para a educação técnica – que refletiu todos os anseios da burguesia transnacional para o mundo do trabalho.

### Referências

AZEVEDO, A. M. de. **ORGANISAR**, in Revista IDORT, nº 3, mar. 1932.

BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. V. 1, Tradução de Vera Ribeiro.

BOLOGNA, I. **O ensino industrial no Brasil depois do Roberto Mange**. Revista de Organização e Produtividade, IDORT, 25 (289/290): 483-484, jan/fev.1956.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.724, de 3 de setembro de 1946. Aprova o Acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a *Inter-American Educational Foundation Inc.*, sobre educação industrial vocacional, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 25 set. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, Unesp, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DIAS, J. J. A. [et al.]. **O giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho**. São Paulo, SP: SENAI, 1992.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2011.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

GORDON, L. **O Progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record, 1962.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009. 2a Ed.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1975. 3a Ed.

MÜLLER, M. T.. **A lousa e o torno: a Escola SENAI Roberto Mange, de Campinas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

NOGUEIRA, F. M. G. **A ajuda externa para a educação brasileira na produção do mito do desenvolvimento: da USAID ao BIRD**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1998.

PICHELI, Valdir. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 – 1944)**, Tese Doutorado, FE/Unicamp, Campinas, 1997.

RAGO, L. M., MOREIRA, E. F. P. **O que é Taylorismo**, Brasiliense, São Paulo, 2003.

REVISTA IDORT, “**ESPRIT DE CORPS**”, nº 4, abr. 1932.

REVISTA IDORT, **PELA COOPERAÇÃO**, nº 2, fev. 1932.

REVISTA IDORT. **O QUE SOMOS**, nº1, jan. 1932.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil. (1930/1973)**. 25ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. **Revista da Universidade Federal de Uberlândia – UFU** – julho, 2002.

SEGNINI, L. R. P. Taylorismo: Uma análise Crítica; In: BRUNO, L. **Organização, Trabalho e Tecnologia**. Atlas, São Paulo, 1986.

USAID, **Aliança para o Progresso**. Recursos Humanos para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**, Cortez: CDAPH-IFAN, São Paulo, 2000.

